

Desigualdade entre negros e não negros se aprofunda durante a pandemia

Desigualdade entre negros e não negros se aprofunda durante a pandemia

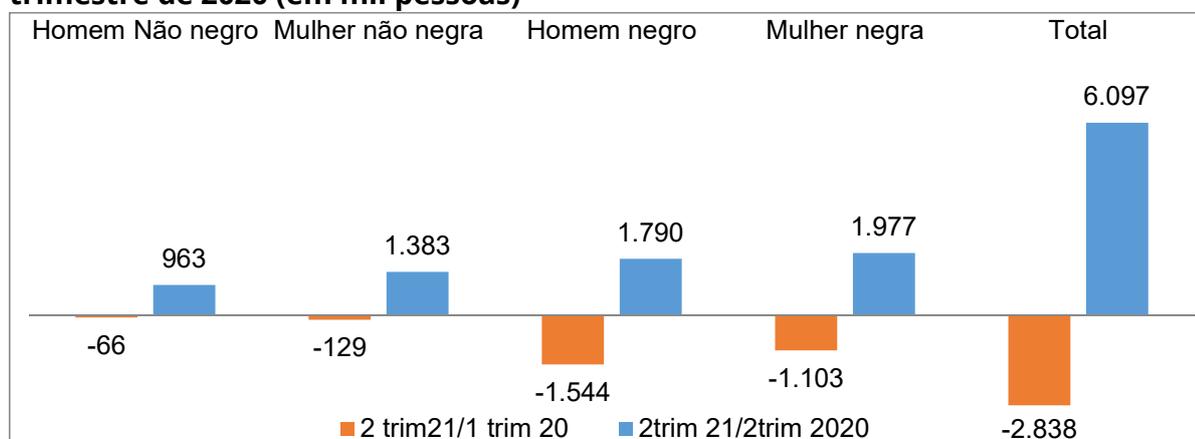
Negros e não negros se inserem de forma distinta no mercado de trabalho e os indicadores refletem essa diferença. A pandemia de covid-19 afetou todos os trabalhadores, mas os impactos foram mais intensos sobre os negros, seja pela dificuldade que essa população enfrenta para encontrar colocação ou pela necessidade de voltar antes ao mercado de trabalho, devido à falta de renda para permanecer em casa, protegida do vírus.

Entre o 1º e o 2º trimestre de 2020, segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 8,9 milhões de homens e mulheres saíram da força de trabalho – perderam empregos ou deixaram de procurar colocação por acreditarem não ser possível conseguir vaga no mercado de trabalho. Desse total, 6,4 milhões eram negros ou negras e 2,5 milhões, trabalhadores e trabalhadoras não negros.

A partir do momento em que as pessoas começaram a buscar voltar ao mercado de trabalho, a taxa de desocupação cresceu. A comparação do volume da força de trabalho do 2º trimestre de 2021 com o mesmo período de 2020 mostra que a força de trabalho negra cresceu 3,8 milhões (1,79 milhões de homens e 1,97 milhões de mulheres). Já entre os não negros, o aumento foi de 2,3 milhões (963 mil homens e 1,38 milhões de mulheres).

Porém, quando se compara 2021 com o 1º trimestre de 2020, antes da pandemia, nota-se que parcela expressiva de negros não voltou para a força de trabalho: 1,1 milhão de negras e 1,5 milhão de negros. Pode-se dizer que, no 2º trimestre de 2021, enquanto a força de trabalho não negra já equivalia a 92% do total registrado antes da pandemia (1º trimestre de 2020), entre os negros, esse percentual foi de quase 59%, número que levanta a questão sobre o destino desses quase 2,6 milhões de negros e negras.

Diferença entre a estimativa de pessoas presentes na força de trabalho por raça/cor e sexo - Brasil - 2º trimestre de 2021/1º trimestre de 2020 e 2º trimestre de 2021/2º trimestre de 2020 (em mil pessoas)



Fonte: IBGE, PnadC.
Elaboração: DIEESE

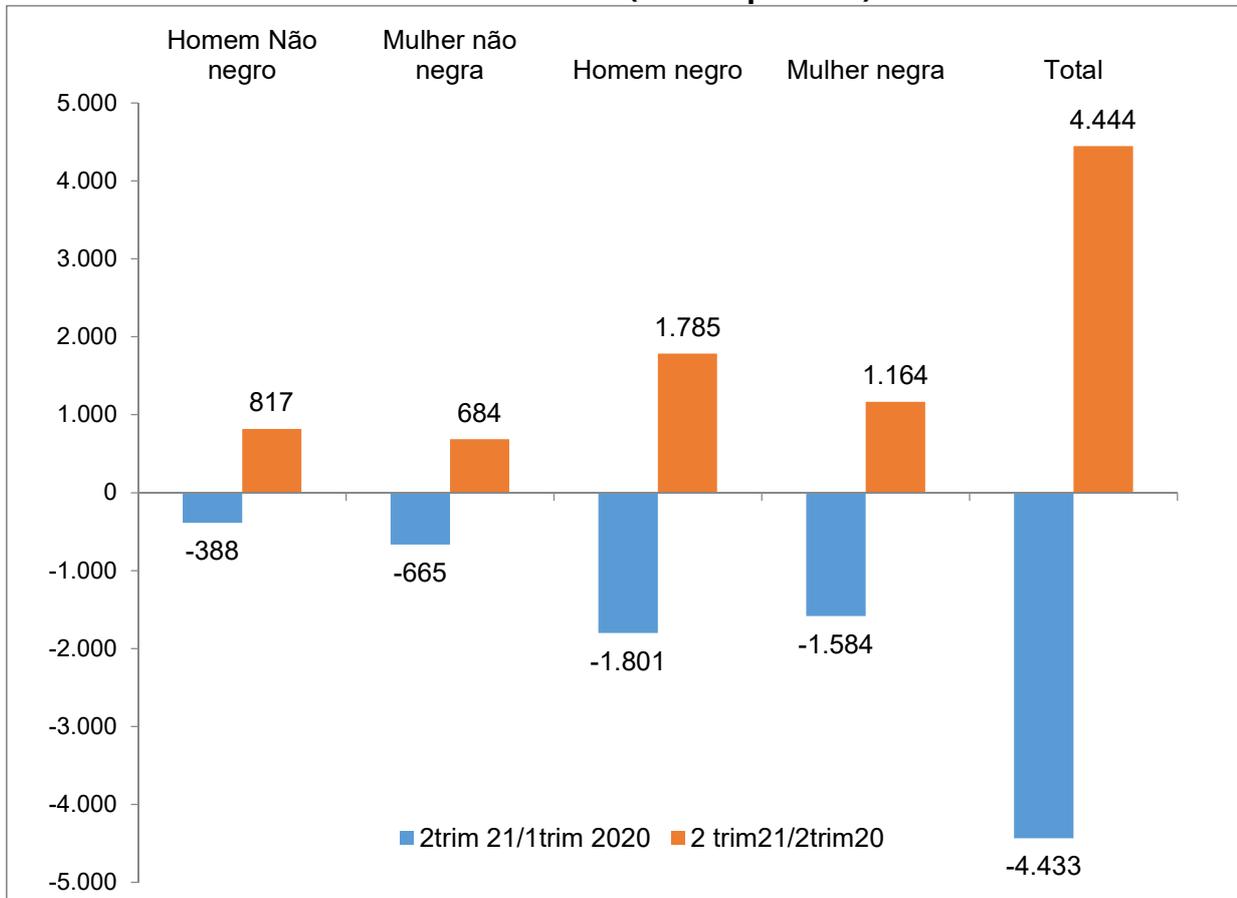
O número de pessoas que perdeu postos de trabalho por causa da crise sanitária, entre o 1º e o 2º trimestre de 2020, foi de 8,8 milhões. Desses, 71,4% ou 6,3 milhões eram negros: 40,4%, mulheres, 31%, homens.

A comparação entre os segundos trimestres desse ano e de 2020 mostra que, em 2021, havia 2,9 milhões de negros ocupados a mais do que no ano passado - o equivalente a 47,0% do 1º trimestre de 2020.

Para os não negros, os impactos da crise sanitária foram menores: dos 2,5 milhões que perderam as ocupações entre o 1º e o 2º trimestre de 2020, 59% voltaram a trabalhar em 2021.

O nível de ocupação ainda não voltou ao que estava no 1º trimestre de 2020: em 2021, são 4,4 milhões abaixo do observado antes da pandemia.

**Diferença entre a estimativa de pessoas ocupadas por raça/cor e sexo
Brasil – 2º trimestre de 2021/1º trimestre de 2020 e 2º trimestre de 2021/2º
trimestre de 2020 (em mil pessoas)**

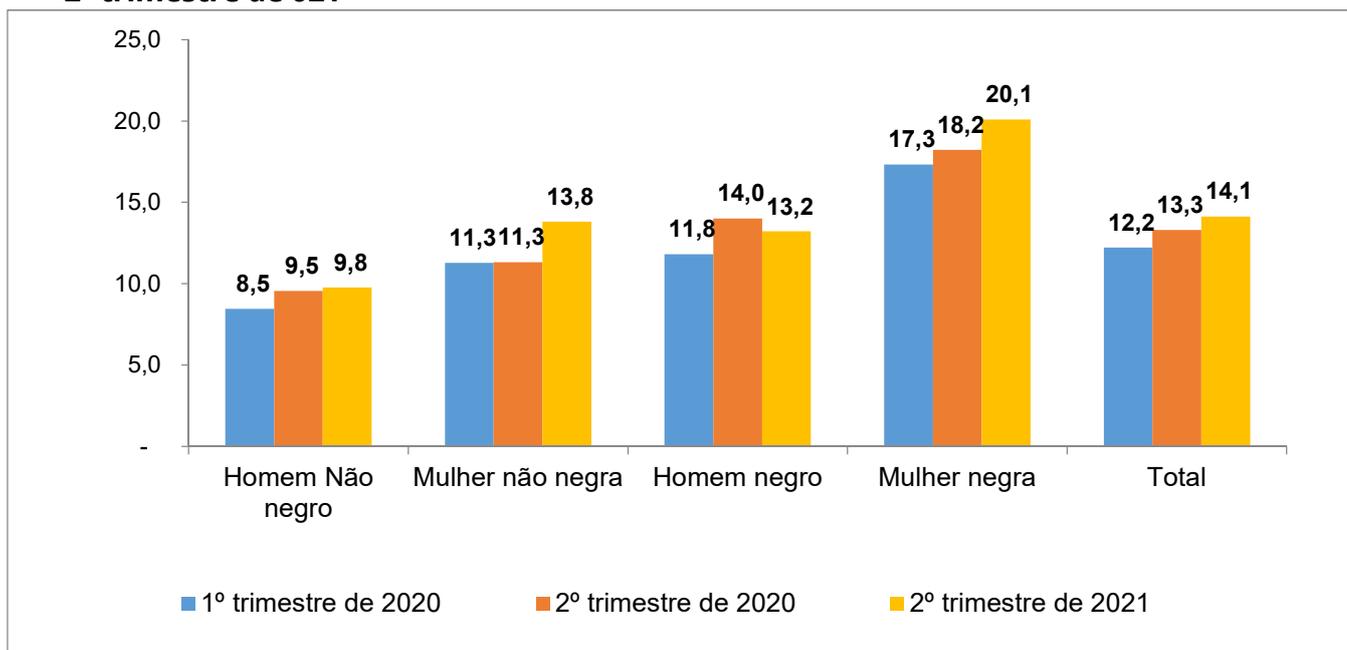


Fonte: IBGE. PhadC.Elaboração: DIEESE

O aumento da taxa de desocupação é visível no 2º trimestre de 2021. Com o avanço da vacinação, muitas pessoas voltaram a buscar colocação no mercado de trabalho, mas a economia brasileira não apresentou dinamismo suficiente para receber esse volume de trabalhadores.

Para os negros, a taxa de desemprego é sempre maior do que a dos não negros. Enquanto para os homens negros, ficou em 13,2%, no 2º trimestre de 2021, para os não negros, foi de 9,8%. Entre as mulheres, a cada 100 negras na força de trabalho, 20 procuravam trabalho, proporção maior do que a de não negras, 13 a cada 100.

Taxa de desocupação por raça/cor e sexo (em %) - Brasil - 1º e 2º trimestre de 2020 e 2º trimestre de 2021



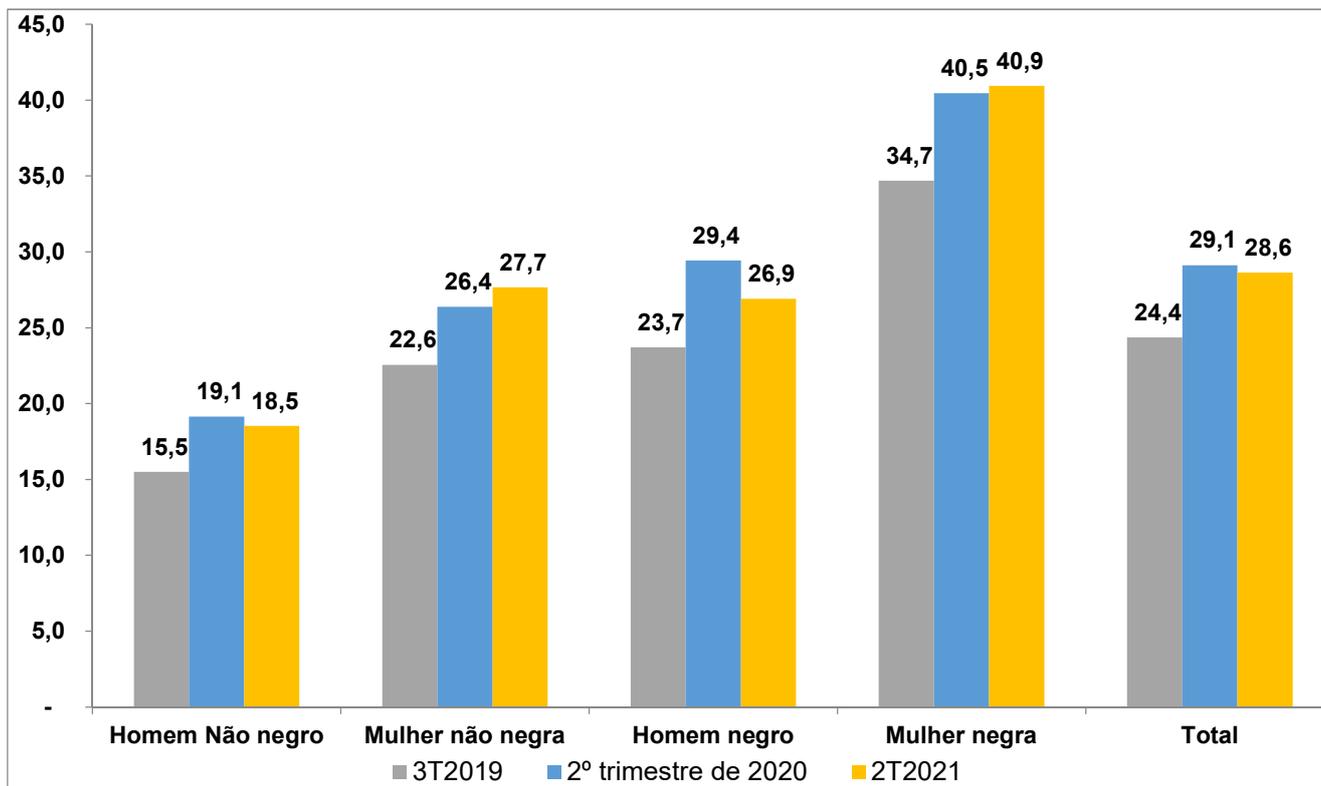
Fonte: IBGE. PnadC. Elaboração: DIEESE

Apesar da volta de grande contingente de pessoas ao mercado de trabalho, o desempenho pífio da economia fez uma parcela da mão de obra ficar subutilizada.

A taxa de subutilização¹¹, que expressa a demanda potencial por trabalho, apresentou comportamento diferenciado entre homens e mulheres. Entre as negras, era de 40,5%, no 2º trimestre de 2020, e 40,9% no mesmo período de 2021; entre as não negras, os percentuais foram menores, mas também crescentes, 26,4% e 27,7% no 2º trimestre de 2020 e nos mesmos meses de 2021, respectivamente. Entre os homens, nesses mesmos períodos, a subutilização diminuiu: para os não negros passou de 19,1% para 18,5% e, entre os negros, de 29,4% para 26,9%

¹ A taxa de subutilização leva em conta os subocupados por insuficiência de horas trabalhadas, ou seja, pessoas que trabalhavam menos de 40 horas semanais e estavam disponíveis para trabalhar mais horas, se houvesse a possibilidade; pelos desocupados que buscavam trabalho e; pela força de trabalho potencial, da qual fazem parte aqueles que procuraram trabalho, mas não estavam disponíveis na semana que antecedeu a pesquisa; e pelos desalentados, pessoas que querem trabalhar, mas não procuraram trabalho.

Taxa de subutilização por raça/cor e sexo
Brasil – 1º, 2º trimestre de 2020 e 2º trimestre de 2021 - (em %)



Fonte: IBGE. PnadC. Elaboração: DIEESE

Considerando apenas os subocupados, que são aqueles que trabalham menos de 40 horas semanais e que gostariam de ter uma jornada maior, a proporção de negros (8,4%) e negras (13,5%) superou a de não negros homens (5,0%) e mulheres (8,2%), no 2º trimestre de 2021.

Um ano depois do início da pandemia, sem que a vacinação tenha atingido 100% da população, o mercado de trabalho seguiu cambaleando, em sintonia com a economia que não cresceu: o assalariamento sem carteira no setor privado (16,0%), o trabalho doméstico sem carteira (14,9%), o trabalho por conta própria (14,7%) e o trabalho familiar (8,7%) foram os que mais se ampliaram, quando se compara o 2º trimestre de 2021 com o mesmo período de 2020. O mercado de trabalho foi incapaz de gerar postos protegidos: o emprego com carteira no setor privado não variou (0,1%); no setor público, cresceu 1,74%; e o trabalho doméstico com carteira diminuiu cerca de 7,0%.

Para as mulheres negras, o emprego no setor público com carteira cresceu quase 20,0%; o trabalho doméstico sem carteira aumentou 16,8%; e o conta-própria, 15,8%. Para o homem negro, houve elevação do assalariamento sem carteira no setor privado (23,4%) e do trabalho por conta-própria (13,5%).

No caso dos não negros, para os homens, o aumento mais expressivo ocorreu no assalariamento sem carteira no setor privado (13,6%) e no trabalho conta própria (12,2%), enquanto para as mulheres, houve ampliação de 20,5% no trabalho por conta própria e de 12,8% no emprego doméstico sem proteção legal.

Informalidade crescente para todos os trabalhadores, negros e não negros, é reflexo da desconfiança sobre o futuro do país e da ausência de rumo da economia brasileira, problema acentuado pelos efeitos da reforma trabalhista, que não gerou empregos e arrancou direitos dos trabalhadores, e pela pandemia, que acontece diante de um estado omissivo diante das dificuldades crescentes dos brasileiros.

Variação dos ocupados por raça/cor e sexo segundo posição na ocupação - Brasil - 2º trimestre de 2021/2º trimestre de 2020

(em %)

Posição na ocupação	Homem Não negro	Mulher não negra	Homem negro	Mulher negra	Total	Proporção do total
Empregado no setor privado com carteira de trabalho assinada	-1,7	2,3	-0,1	0,9	0,1	35,8
Empregado no setor privado sem carteira de trabalho assinada	13,6	4,8	23,4	10,4	16,0	11,9
Trabalhador doméstico com carteira de trabalho assinada	-8,3	-8,3	-21,3	-3,8	-7,0	1,6
Trabalhador doméstico sem carteira de trabalho assinada	14,0	12,8	5,0	16,8	14,9	4,5
Empregado no setor público com carteira de trabalho assinada	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)	0,0
Empregado no setor público sem carteira de trabalho assinada	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)	0,0
Militar e servidor estatutário	-4,5	-7,0	-2,0	4,6	-2,3	10,0
Empregador	-3,5	-7,4	-5,0	2,6	-4,2	4,5
Conta-própria	12,2	20,5	13,5	15,8	14,7	29,4
Trabalhador familiar auxiliar	1,3	4,9	7,8	16,6	8,7	2,4
Total	3,8	3,8	7,1	6,4	5,3	100,0

Fonte: IBGE, PnadC

Nota: (1) A amostra não comporta desagregação. Elaboração: DIEESE

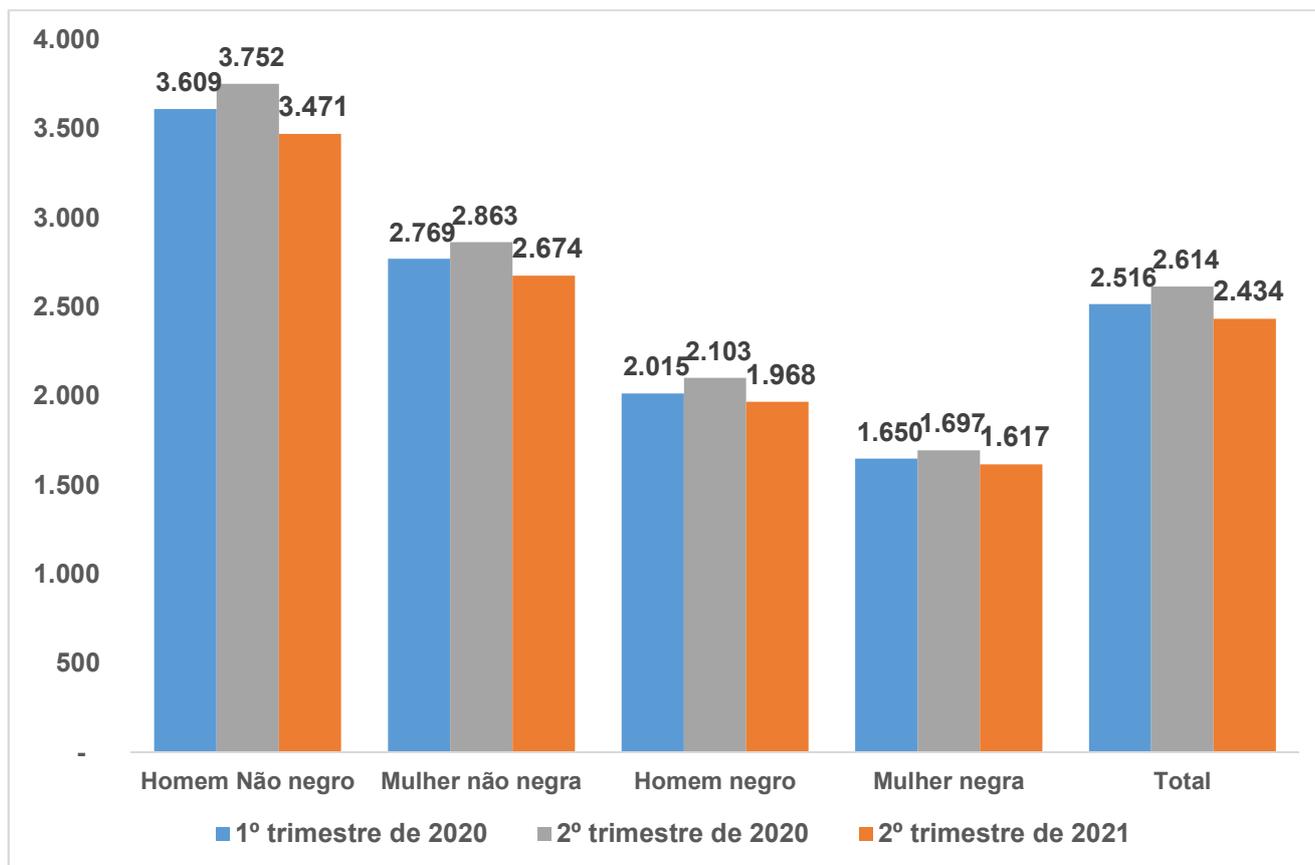
Em relação aos rendimentos, na comparação com o momento pré-pandemia, primeiro trimestre de 2020, registrou-se queda média de -2,40% para todos os ocupados, no segundo trimestre de 2021. No caso dos homens, as reduções foram maiores: os rendimentos médios

dos negros diminuíram -3,2% e dos não negros, -5,7%. Entre as mulheres, a queda foi de -1,9% para as não negras. Já o rendimento médio das negras apresentou alta de 1,5%.

Em relação ao início do isolamento, no segundo trimestre de 2020, o decréscimo médio de rendimentos foi de 6,9%. Por sexo e raça, todos os segmentos tiveram queda: homens não negros (-7,5%), mulheres não negras (-6,6%), homens negros (-6,4%) e mulheres negras (-4,7%). Para se entender a queda acentuada, é necessário lembrar que, no início do isolamento social, em abril, grande parte dos trabalhadores informais e com menores salários perdeu as ocupações. Com isso, a média de rendimentos ficou mais alta do que no 1º trimestre de 2020, pois quem continuou empregado era majoritariamente assalariado com carteira e rendimentos médios superiores à média vigente – e foi trabalhar em esquema de home office. Nos dois últimos trimestres de 2020, muitas pessoas começaram a trabalhar, geralmente em postos informais com baixos rendimentos. Assim, quando se comparam os rendimentos do 2º trimestre de 2021 com os auferidos no início do isolamento, a queda foi mais acentuada.

As médias de rendimento também comprovam a desigualdade de remuneração por cor/raça. Enquanto homens e mulheres não negros receberam em média R\$ 3.471,00 e R\$ 2.674, respectivamente, no 2º trimestre de 2021, trabalhadores negros ganharam R\$ 1.968 e trabalhadoras negras, R\$ 1.617.

**Rendimento médio real dos ocupados no trabalho principal por raça/cor e sexo
Brasil – 1º e 2º trimestre de 2020 e 2º trimestre de 2021 (em R\$ do 2º trimestre de 2021)**



Fonte: IBGE. PnadC. Elaboração: DIEESE

Algumas considerações

A inserção de negros e negras no mercado de trabalho sempre foi marcada por dificuldades muito maiores que as encaradas por não negros. Desemprego mais alto, ocupações precárias, subtutilização e menores rendimentos fazem parte dos tantos problemas enfrentados por homens e mulheres negros.

A pandemia do coronavírus acentuou as diferenças. No momento do isolamento, uma parcela muito maior de mulheres e homens negros perdeu o trabalho e voltou para casa, sem perspectiva de nova ocupação. Antes inseridos em ocupações de baixa qualificação e rendimento e, no caso das mulheres, no emprego doméstico, esses trabalhadores saíram do mercado de trabalho, mas, antes da vacinação, começaram a voltar, devido à necessidade de renda para a sobrevivência.

Com o avanço da imunização, no final de 2020, os níveis de ocupação de negros e não negros começaram a crescer. Entretanto, é possível observar que quase 40% dos negros que antes estavam na força de trabalho ainda não voltaram ao trabalho. O que terá acontecido? Haveria menos vagas para a população negra nessa retomada? Ou teriam sido eles mais vitimados pela pandemia? Segundo dados do Ministério da Saúde, os negros têm 40% mais chances de morrer de covid-19 – pois estão mais expostos. Informações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostram que eles representam 57% dos mortos pela doença, enquanto os brancos são 41%.

Os dados de ocupação e rendimento em 2021 mostram que persiste a intensa desigualdade de inserção e de ocupação de negros e negras, e não negros e não negras. que enfrentam mais obstáculos para conseguir uma colocação, ganham menos e têm frequentemente inserção vulnerável e frágil.

Entretanto, os dados do 2º trimestre de 2021 também mostram o triste momento do Brasil, que gera trabalho informal, com menores rendimentos e sem direitos garantidos em lei. A economia não cresce, as expectativas dos agentes econômicos é ruim, logo não se observa investimento ou crescimento, a inflação aumenta. E, diante desse cenário, o único remédio que o governo sabe usar é o aumento da taxa de juros, que em nada ajuda a economia a crescer ou a inflação a cair.

Rua Aurora, 957 – 1º andar
CEP 05001-900 São Paulo, SP
Telefone (11) 3874-5366 / fax (11) 3874-5394
E-mail: en@dieese.org.br
www.dieese.org.br

Presidente - Maria Aparecida Faria

Sindicato dos Trabalhadores Públicos da Saúde no Estado de São Paulo – SP

Vice-presidente - José Gonzaga da Cruz

Sindicato dos Comerciantes de São Paulo – SP

Secretário Nacional - Paulo Roberto dos Santos Pissinini Junior

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas de Máquinas Mecânicas de Material Elétrico de Veículos e Peças Automotivas da Grande Curitiba - PR

Diretor Executivo - Alex Sandro Ferreira da Silva

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Material Elétrico de Osasco e Região - SP

Diretor Executivo - Antônio Francisco da Silva

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Materiais Elétricos de Guarulhos Arujá Mairiporã e Santa Isabel - SP

Diretor Executivo - Bernardino Jesus de Brito

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Elétrica de São Paulo – SP

Diretora Executiva - Elna Maria de Barros Melo

Sindicato dos Servidores Públicos Federais do Estado de Pernambuco - PE

Diretora Executiva - Mara Luzia Feltes

Sindicato dos Empregados em Empresas de Assessoramentos Perícias Informações Pesquisas e de Fundações Estaduais do Rio Grande do Sul - RS

Diretora Executiva - Maria Rosani Gregorutti Akiyama Hashizumi

Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de São Paulo Osasco e Região - SP

Diretor Executivo - Nelsi Rodrigues da Silva

Sindicato dos Metalúrgicos do ABC - SP

Diretor Executivo - Paulo de Tarso Guedes de Brito Costa

Sindicato dos Eletricistas da Bahia - BA

Diretor Executivo - Sales José da Silva

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Material Elétrico de São Paulo Mogi das Cruzes e Região - SP

Diretora Executiva - Zenaide Honório

Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo – SP

Direção Técnica

Fausto Augusto Júnior – Diretor Técnico

José Silvestre Prado de Oliveira – Diretor Adjunto

Patrícia Pelatieri – Diretora Adjunta

Equipe técnica

Patrícia Lino Costa

Gustavo Monteiro

Patrícia Pelatieri (revisão técnica)